



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM
RORAIMA**

20º PROCESSO SELETIVO

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia o texto para responder as questões de 1 a 3.

Peixe para o bem do cérebro

1. Tem gente que não pode ouvir falar em óleo de
2. fígado de bacalhau. Tudo bem que na vida
3. existem coisas, digamos, mais saborosas. Mas,
4. na maioria dos casos, a má impressão se deve a
5. um trauma de infância, já que mães e avós
6. obrigavam sua prole a mandar goela abaixo umas 7.
7. tantas colheradas do tal suplemento. A
8. justificativa era vaga: “Faz bem”. E engula mais
9. esta: elas estavam certas. Especialmente no que
10. diz respeito à inteligência. Se não conheciam
11. direito esse benefício, hoje a ciência explica.
12. Claro, você não precisa recorrer ao óleo. Desde
13. que acrescente algumas porções de peixe à sua
14. dieta, está tudo certo. A medida é essencial para 15.
15. manter nada menos do que o cérebro em forma. 16.
16. Mas, tanto no óleo de fígado de bacalhau
17. quanto em um sashimi de salmão ou numa
18. sardinha bem temperada, os autores da proeza
19. na massa cinzenta são os ácidos graxos ômega-
20. 3, encontrados principalmente em espécies de
21. águas frias. “Esse tipo de gordura influencia o
22. desempenho cognitivo”, aponta a pesquisadora
23. Maria Aberg, da Universidade de Gotemburgo,
24. na Suécia. [...]

(Fonte: <http://saude.abril.com.br>)

01 – Sobre os significados e objetivos do texto, é correto afirmar que:

- a) Trata-se de uma receita sobre como preparar peixes, aproveitando suas propriedades para melhorar a qualidade de vida.
- b) O texto se ocupa em enumerar e descrever as muitas vantagens de se consumir óleo de peixe.
- c) Pelo texto, podemos concluir que, se consumirmos qualquer espécie de peixe que contenha ômega-3, teremos melhoras em nosso desempenho cognitivo.
- d) Lendo atentamente o desenrolar de ideias do

texto, pode-se concluir que, para influenciar nosso desempenho cerebral, o peixe consumido deve conter ômega-3 e ser encontrado em águas frias.

e) O texto informa que é na massa cinzenta dos peixes onde se encontra o ômega-3 tão benéfico à saúde cerebral do ser humano. Exceto no bacalhau, onde o óleo, e por conseguinte o ômega-3, se concentra no fígado.

02 – Após uma leitura atenta do texto e considerando as regras gramaticais vigentes, pode-se, com segurança, concluir que:

- a) O texto é predominantemente descritivo, podendo também ser classificado como injuntivo, e foi escrito em prosa.
- b) A substituição de *desde que* (linha 12 e 13) por *contanto que* ou ainda por *sob condição de que* não mudaria nem o sentido nem a correção gramatical do período.
- c) O uso do sinal de aspas (linhas 21 e 22) justifica-se por tratar-se aquele fragmento de uma explicação do autor referindo-se ao ômega-3.
- d) Podemos afirmar que o texto está coerente porque fez bom uso das conjunções para interligar palavras e frases, bem como está coeso por ter apresentado ligação lógica entre ideias garantindo sentido ao texto.
- e) O emprego da crase (linha 13) é opcional. É obrigatório, porém, em situações como a que aparece antes de *inteligência* (linha 10).

03 – Ainda sobre o texto, é equivocado o que se afirma em:

- a) *Esse benefício* (linha 11) refere-se a *inteligência* (linha 10)
- b) *Esta* (linha 9) refere-se a colherada (linha 7).
- c) A palavra *bem*, no título do texto, considerado o contexto em que foi aplicada, é um substantivo.
- d) No texto, é possível perceber o registro de linguagem culta, científica, informal e até mesmo regional.
- e) Podemos atribuir a *principalmente* (linha 20) o valor semântico de prioridade.

04 – Todas as palavras encontram-se corretamente acentuadas, exceto na alternativa:

- (a) Café, saci, Aracaju
- (b) Sílabas, átono, xícara
- (c) Avaro, erudito, filantropo
- (d) Sutil, condor, rubrica
- (e) Íberos, púdico, abobada

05 – Em nossa língua pátria, às vezes um acento,

um espaço ou uma letra pode mudar substancialmente os sentidos, a classe gramatical e a aplicação de algumas palavras. Sobre este assunto, complete a lacunas de cada oração com a opção dada entre parênteses, e marque a alternativa que contém a sequência mais adequada.

Oração 1- Eu sempre ansiei _____ você me explicasse o motivo. (por que / porque / por quê / porquê)

Oração 2 - É por isso que você está _____ anos luz de mim. (há / a)

Oração 3 - Estude, _____ será reprovado! (se não / senão)

Oração 4 - Meu coração, _____ a ida não é nada fácil, abriu-lhe a guarda. (onde, aonde, donde)

Oração 5 - _____ de ser elogiado pelo que disse, foi vaiado efusivamente. (em vez de, ao invés de)

- a) por que, a, senão, aonde, ao invés de.
- b) por que, a, se não, donde, em vez de.
- c) porquê, há, se não, onde, em vez de.
- d) porque, a, senão, donde, ao invés de.
- e) por quê, há, se não, onde, em vez de.

06 – Leia as orações e identifique qual das alternativas logo abaixo contém as palavras que as preenche, considerando primordialmente a corretidão das palavras em cada uma das alternativas.

- Não me queira fazer _____ sua idade.
- Isso não é _____ à nossa determinação.
- Foi uma festa _____.
- Dei-lhe uma _____ de prata.
- Ele agora é um _____; deixou de ser um cidadão comum.
- O primeiro revés não me iria _____.

- a) adivinhar, impecilho, beneficente, bandeija, dignitário, frustrar
- b) adivinhar, empecilho, beneficente, bandeja, dignitário, frustrar
- c) adivinhar, impecilho, beneficente, bandeija, dignatário, frustar
- d) adivinhar, empecilho, beneficente, bandeija, dignatário, frustrar
- e) adivinhar, impecilho, beneficente, bandeja, dignitário, frustar

07 – Na comunicação escrita ou falada, saber escolher bem as palavras é primordial para quem

se preocupa com a harmonia de sentido do que se pretende comunicar (considerar regras de coesão e coerência). Em apenas umas das alternativas seguintes a escolha das palavras, destacadas em negrito, foi bem-sucedida. Identifique tal alternativa.

- a) Enquanto eu jantava, **roubaram** meu carro.
- b) Nossa! A **fragrância** deste chorume é insuportável!
- c) Durante a blitz, ontem, na fronteira colombiana, a Polícia Federal **apreendeu** dois grandes traficantes de drogas, que tentaram fugir.
- d) Como o saneamento básico é precário, as águas da lagoa ficaram **contaminadas** pelo vibrião do cólera.
- e) Consumidores boa-vistenses reclamaram do preço **caro** da carne bovina.

08 – Tendo em mente o uso dos pronomes, leia atentamente as orações a seguir e julgue a assertividade das afirmações feitas a respeito de uma ou mais delas. Considere que apenas uma das alternativas será achada totalmente correta, sendo ela a resposta da questão.

Oração 1 – Vejo em si uma ótima pessoa.

Oração 2 – Ele se arroga o direito

Oração 3 – Onde poderei encontrar-me consigo?

Oração 4 – Tu traçaste boas normas de vida para ti.

Julgue:

- a) Na oração 1, si é uma variante reflexiva do pronome se e foi ali empregado corretamente.
- b) A oração 2 é equivalente a: Ele arroga o direito a si.
- c) Na oração 3, consigo é uma variante reflexiva do pronome se, e foi ali empregado corretamente.
- d) A oração 4 é equivalente a: Tu te traçaste boas normas de vida.
- e) O certo é que as alternativas anteriores estão todas incorretas.

09 – “Segundo a ótima definição de Júlio Ribeiro, pontuação é a ‘arte de dividir, por meio de sinais gráficos, as partes do discurso que não têm entre si ligação íntima, e de mostrar do modo mais claro as relações que existem entre essas partes’” (Napoleão Mendes de Almeida, Gramática Metódica da Língua Portuguesa, p. 570). Pelas regras de pontuação da língua portuguesa, identifique qual das alternativas abaixo está incorretamente pontuada:

- a) Pedro, de acordo com as ordens recebidas partiu.

b) Das graças que há no mundo, as mais sedutoras são as da beleza; as mais picantes, as do espirito; as mais comoventes, as do coração.

c) Francisco, com o dinheiro ganho no negócio, comprou uma linda casa.

d) Trabalho, ordem e economia: eis os meios legítimos de adquirir fortuna.

e) Do critério e traquejo literário do escritor depende a boa divisão dos períodos no desenvolvimento de qualquer assunto.

10 – Dadas as duas orações subordinadas adjetivas abaixo, julgue qual das alternativas logo abaixo faz juízo acertado acerca delas:

Oração 1 – O tio meu que estava doente chegou na hora.

Oração 2 – O tio meu, que estava doente, chegou na hora.

Conclui-se que:

a) Apenas a oração 1 está correta.

b) As duas orações estão incorretas.

c) As duas orações estão corretas.

d) Apenas a oração 2 está correta.

e) Nenhuma das alternativas anteriores se aplica.

11 – Acerca do conceito e do objeto da Constituição, no âmbito das teorias do constitucionalismo, assinale a alternativa CORRETA:

a) Konrad Hesse reconhece a existência de elementos da Constituição, dentre os quais os sócio-ideológicos são excluídos por não apresentarem densidade normativa.

b) Na doutrina de Peter Häberle, a Constituição é considerada como o núcleo duro das normas e está apartada de uma perspectiva de desenvolvimento sociocultural de um povo.

c) A teoria dos fatores reais de poder expõe que a Constituição é formada com base na soma dos fatores concretos de poder que regem a vida de uma dada comunidade política; logo, a Constituição não pode ser vista apenas como um compêndio normativo, mas como decisão fundante de um Estado.

d) O conceito integral de Constituição, consoante Carl Schmitt, é o de que a Constituição é um todo que não pode ser interpretado por mais de um ponto de vista.

e) De acordo com a noção de círculo hermenêutico, o conceito de Constituição está apartado de qualquer

consideração de ordem não jurídica, de modo que suas normas devem ser interpretadas apenas juridicamente.

12 – Sobre o poder constituinte, assinale a alternativa CORRETA:

a) Há consenso na doutrina brasileira acerca de que o poder constituinte originário é considerado como ilimitado (ou incondicionado), e também há consenso quanto à ideia de que esta ausência de limites o autoriza a inovar na ordem jurídica sem quaisquer limites jurídicos, políticos, éticos e culturais.

b) A titular do poder constituinte originário é a Assembleia Constituinte eleita pela população de uma determinada comunidade política.

c) Uma lei anterior ao advento de uma nova Constituição, quando incompatível com esta, deve ser declarada inconstitucional, o que acarretará sua revogação, no fenômeno chamado de inconstitucionalidade superveniente, reconhecido pelo STF desde 1997.

d) Seria constitucional, no Brasil, uma emenda constitucional que propusesse a criação *post facto* de um tribunal especial para julgamento de crimes praticados por milícias.

e) Para um setor da doutrina brasileira, é possível afirmar que, embora ilimitado, o poder constituinte originário não pode propor, jurídica e legitimamente, uma decisão fundante de um Estado Totalitário. Esta seria uma limitação intrínseca ao poder constituinte originário.

13 – Acerca do direito à saúde como direito fundamental social e conforme tratado pela Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

a) O acesso ao sistema público de saúde, no Brasil, é vedado aos estrangeiros que não ingressaram regularmente no território nacional.

b) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, sendo que uma de suas características é a centralização.

c) A assistência à saúde é limitada para a iniciativa privada.

d) Compete ao sistema único de saúde, dentre outras funções, fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.

e) Assim como ocorre com a previdência social, o

acesso ao sistema único de saúde é contributivo.

14 – Sobre a maneira como a Constituição Federal e o STF tratam o tema meio ambiente, analise as assertivas adiante e, no final, assinale a alternativa CORRETA:

I - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se somente ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

II - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, excetuado o uso dos recursos naturais, que deverá ser tratado somente via decreto presidencial;

III - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas;

IV – A farra do boi foi declarada inconstitucional pelo STF;

V – Compete ao Poder Público e à coletividade preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.

São **CORRETAS** as assertivas:

- a) I e III;
- b) II e III;
- c) III, IV e V;
- d) IV e V;
- e) III e IV.

15 – De acordo com a Constituição Federal, quando trata dos índios, é INCORRETO afirmar que:

- a) O Estado favorecerá, também em terras indígenas, a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros e dos indígenas.
- b) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- c) As terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas,

imprescritíveis.

d) O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

e) São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

16 – Concernente ao tema Educação, conforme tratado pela Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

a) No Brasil, o ensino é regido, dentre outros, pelo princípio da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

b) É vedado às universidades admitir técnicos estrangeiros em seus quadros sem a realização de prévio concurso público.

c) O ensino é livre à iniciativa privada, respeitando-se o cumprimento das normas gerais da educação nacional e havendo autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

d) Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

e) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

17 – Segundo a Constituição Federal, compete ao Ministério Público:

a) exercer o controle externo da atividade policial, na forma do regulamento infralegal editado pela Procuradoria-Geral da República.

b) exercer apenas as funções expressamente indicadas na Constituição Federal.

c) requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

d) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a fim de representar às autoridades competentes, não podendo se valer, de imediato, de uma ação civil pública.

e) defender apenas extrajudicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

18 – Considerando o poder de polícia, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) a base da ordem de polícia é a lei e a legislação que estabelecem os limites e as condicionantes ao exercício das atividades de cunho privados e ao uso de bens.
- b) a fase do consentimento de polícia está presente em todas as situações envolvendo ciclo de polícia.
- c) a fiscalização de polícia corresponde aos atos mediante os quais a Administração verifica se a legislação de regência das atividades privadas está sendo cumprida.
- d) nem todo ato de polícia adotado pela administração configura uma penalidade propriamente dita.
- e) as autarquias podem exercer poder de polícia.

19 – Sobre os entes e órgãos da Administração Pública, competência da Justiça Federal e Ministério Público Federal, bem como intervenção do estado na propriedade privada, é INCORRETO afirmar que:

- a) a defesa em juízo do Ministério Público Federal, enquanto órgão da União, é realizada pela Advocacia-Geral da União.
- b) a administração direta federal é formada pela órgãos federais responsáveis pela execução das atividades públicas diretamente cometidas à União.
- c) as autarquias de natureza especial possuem distinções com relação às autarquias tradicionais, visto que são dotadas de independência técnica e normativa.
- d) é competência da Justiça Federal o julgamento das causas que envolvam, no polo ativo ou passivo, as sociedades de economia mista com participação acionária majoritária da União, segundo a jurisprudência do STF.
- e) o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA possui autorização legal para proceder à desapropriação, dentro dos limites de suas atribuições.

20 – De acordo com os princípios da administração pública, a noção de improbidade administrativa e o dever de ressarcimento ao erário, julgue os itens a seguir e, após, assinale a alternativa CORRETA:

I – O princípio da eficiência está explicitado no texto da Constituição Federal e, segundo ele, espera-se do agente público o melhor desempenho possível de

suas atribuições, no contexto de uma Administração Pública racional;

II – A vedação ao nepotismo decorre exclusivamente de enunciado sumular vinculante editado pelo STF, não decorrendo seu fundamento de nenhum dispositivo ou princípio já insculpido ou decorrente da Constituição Federal;

III – A Administração Pública, no exercício da autotutela, pode anular seus atos, quando eivados de vícios, devendo enunciar, em todo e qualquer caso, os motivos pelos quais o faz, ainda que se cuide de ato discricionário, haja vista a teoria dos motivos determinantes;

IV – A ação de ressarcimento ao erário decorrentes de ato doloso de improbidade administrativa, segundo recentíssimo entendimento do plenário do STF, é imprescritível;

- a) I e II são corretas.
- b) II e III são corretas.
- c) III e IV são corretas.
- d) I, III e IV são corretas.
- e) I e IV são corretas.

21 – Sobre provimento de cargos públicos e funções públicas e concursos públicos, é possível afirmar que:

- a) as funções de confiança são destinadas exclusivamente aos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos.
- b) o primeiro e o segundo colocados em um concurso público originalmente aberto para preenchimento de cadastro reserva têm direito adquirido à nomeação, segundo entendimento do STJ.
- c) o teto remuneratório é uno para todos os entes e órgãos da Administração Pública, em todos os níveis federativos.
- d) o estágio probatório do servidor público federal é de 4 anos.
- e) o regime jurídico dos servidores da administração indireta é o da Consolidação das Leis do Trabalho.

22 – Considerando os entendimentos sumulares do STF no que concerne ao direito processual penal brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso aos elementos da prova

que já documentados em procedimentos investigatórios realizados por órgão competente da polícia judiciária, e que digam respeito a qualquer matéria da investigação.

b) É absoluta a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição da precatória para inquirição de testemunha.

c) É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.

d) O acórdão que provê o recurso contra a rejeição da denúncia vale, desde logo, pelo recebimento dela, sendo que não há exceções a esta regra.

e) É exclusiva a legitimidade do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

23 – Considerando os entendimentos sumulares do STJ no que concerne ao direito processual penal brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

a) Compete à Justiça Federal processar e julgar o crime de falsa anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, atribuído à empresa privada.

b) Compete à Justiça Estadual o processo e julgamento dos crimes de falsificação e uso de documento falso relativo a estabelecimento federal público de ensino.

c) Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima, ainda que seja crime que atinja a coletividade indígena.

d) Ainda que intimada a defesa da expedição da carta precatória, é necessária a intimação da data da audiência no juízo deprecado.

e) Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais.

24 – No procedimento comum ordinário previsto no Código de Processo Penal NÃO é previsto que:

a) Oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

b) A exceção será processada em apartado.

c) Recebida a denúncia ou queixa, o juiz designará dia e hora para a audiência, ordenando a intimação do acusado, de seu defensor, do Ministério Público e, se for o caso, do querelante e do assistente.

d) Na instrução poderão ser inquiridas até 5 (cinco) testemunhas arroladas pela acusação e 5 (cinco) pela

defesa.

e) O juiz que presidiu a instrução deverá proferir a sentença.

25 – Concernente aos institutos da prisão preventiva e da prisão temporária, de acordo com o que determinam o Código de Processo Penal e a Lei nº 7.960/89, assinale a alternativa CORRETA:

a) As prisões podem ser efetuadas entre 7 da manhã e 18 horas, respeitadas as restrições relativas à inviolabilidade do domicílio.

b) Em caso de prática de crime de tráfico de drogas, em circunstância em que o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade e quando imprescindível para as investigações do inquérito policial, será cabível a decretação de prisão temporária.

c) A prisão temporária será decretada pelo juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

d) Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de 70 (setenta) anos, independente de outras causas previstas em lei como ensejadoras do benefício.

e) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, mas somente quando anterior ao recebimento da denúncia, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

26 – Acerca do crime de peculato e a interpretação dada a ele pela doutrina majoritária e pelos Tribunais, é CORRETO afirmar que:

a) O particular, em nenhuma hipótese, responde pelo crime de peculato.

b) O crime de peculato é também punido a título de culpa, somente na hipótese de que o delito principal tenha sido praticado também por outro funcionário público.

c) Suponha que Cláudio da Silva seja servidor efetivo da Fundação Nacional de Saúde e ocupe cargo em comissão de chefe da Comissão de Licitação da referida autarquia. Neste caso, se Cláudio desviar recursos da referida Instituição, e

for condenado por este crime, na dosimetria da pena será aplicável a ele causa de aumento de 1/3.

d) É punível no Brasil o peculato de uso, sendo uma modalidade de peculato culposo.

e) No caso de peculato culposo, a reparação do dano, se é posterior à sentença condenatória e precede ao acórdão condenatório irrecorrível, extingue a punibilidade.

27 – Sobre o instituto da prescrição penal, é INCORRETO afirmar que:

a) O curso da prescrição interrompe-se com decisão que não recebe a denúncia ou a queixa.

b) Aplicam-se às penas restritivas de direito os mesmos prazos previstos para as privativas de liberdade.

c) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr, nos crimes permanentes, do dia em que cessou a permanência.

d) No caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento condicional, a prescrição é regulada pelo tempo que resta da pena.

e) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 2 (dois) anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada.

28 – No que tange aos crimes ambientais, é CORRETO afirmar que:

a) O princípio da insignificância não se aplica, em nenhuma hipótese, aos crimes ambientais em geral.

b) No crime de matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida, a pena é aumentada da metade se, dentre outras hipóteses, é praticado à noite.

c) O crime de destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção, somente é punível a título de dolo.

d) É crime extrair, de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais.

e) O crime de produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus

regulamentos, tem pena máxima *in abstracto* de 5 (cinco) anos.

29 – Sobre consumação, tentativa, arrependimento posterior, desistência voluntária e crime impossível, no direito penal brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

a) Suponha que José da Silva tenha pulado o muro da Procuradoria da República em Roraima, visando a furtar bem do referido órgão. Momentos antes de se evadir, decide largar o bem e ir embora sem ele, sendo que, segundos depois, é interrompido pelos seguranças da instituição. Nesse caso, houve tentativa da prática do crime de peculato.

b) É considerado o crime como impossível, no Brasil, também em razão da ineficácia relativa dos meios utilizados.

c) Não é punível, no Brasil, a espécie de tentativa intitulada pela doutrina como “imperfeita”.

d) Ricardo Oliveira desviou três mil reais da Superintendência da Polícia Federal, dinheiro de que tinha posse em razão do cargo em comissão de gestor orçamentário. Antes mesmo de oferecida denúncia contra si, o agente devolveu o dinheiro à instituição. Nesse caso, sua pena pode ser reduzida de um a dois terços.

e) As contravenções penais admitem tentativa.

30 – Sobre o microssistema processual coletivo, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A regra estática de distribuição do ônus da prova prevista no Código de Processo Civil vem sendo constantemente dinamizada, sobretudo no processo coletivo, no qual se vê, a inversão do ônus da prova.

b) No rito da ação popular, o prazo de contestação é de 20 (vinte) dias, prorrogáveis por mais 20 (vinte), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental, e será comum a todos os interessados, correndo da entrega em cartório do mandado cumprido, ou, quando for o caso, do decurso do prazo assinado em edital.

c) A ação civil pública segue o rito comum ordinário previsto no Código de Processo Civil.

d) Da sentença, denegando ou concedendo o mandado de segurança, caberá apelação. Caso seja concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição. Ademais, estende-se à autoridade coatora o direito de recorrer.

e) Em ação civil pública em matéria ambiental,

impõe-se a inversão do ônus da prova, cabendo ao empreendedor responder pelo potencial perigo que causa ao meio ambiente, em respeito ao princípio da precaução.

31 – Concernente à ação de improbidade administrativa prevista pela Lei nº 8.429/92, e o entendimento do STJ sobre ela, é CORRETO afirmar que:

- a) O rito processual da ação de improbidade administrativa, previsto pelo art. 17 da Lei nº 8.429/92, não possui nenhuma especificidade se comparado ao rito comum ordinário expresso nos artigos 282 e seguintes do Código de Processo Civil.
- b) A ação principal, que terá o rito ordinário, é de iniciativa exclusiva do Ministério Público, devendo ser ajuizada dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.
- c) A ação de improbidade administrativa será instruída com documentos ou justificação que contenham indícios suficientes da existência do ato de improbidade ou com razões fundamentadas da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas, observada a legislação vigente, vigorando, na fase de recebimento da inicial de improbidade, o *in dubio pro societate*, segundo a jurisprudência do STJ.
- d) Segundo a jurisprudência do STJ, a ausência da notificação do requerido para a defesa prévia, prevista no art. 17, § 7º, da Lei n. 8.429/92, acarreta nulidade absoluta e insuperável.
- e) De acordo com a Lei nº 8.429/92, o Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei, sob pena de nulidade em todos os casos em que não houver a intervenção.

32 – No contexto do processo civil brasileiro, é CORRETO afirmar que:

- a) Antes de ajuizar ação civil pública, o membro do Ministério Público deve instaurar obrigatoriamente inquérito civil.
- b) Uma autarquia não possui legitimidade ativa para ajuizamento de ação civil pública, ainda que os fatos lhe sejam relativos, devendo a autoridade comunicar os fatos ao Ministério Público.
- c) Não cabe recurso contra a decisão que recebe a petição inicial de ação de improbidade administrativa, podendo a parte que se entender prejudicada utilizar o mandado de segurança para

impugnar referida decisão.

d) A Defensoria Pública da União não possui nenhum prazo contado em dobro no processo civil brasileiro.

e) Consoante a jurisprudência do STJ, é presumido o *periculum in mora* necessário para a decretação da medida cautelar de indisponibilidade de bens prevista no art. 7º da Lei nº 8.429/92, não precisando o autor da ação de improbidade comprovar que a parte requerida está dilapidando seus bens ou adotando algum outro expediente a fim de frustrar futura execução.

33 – Sobre as provas no direito processual civil brasileiro, na ótica do novo Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar que:

- a) É lícito às partes, até a conclusão do processo para sentença, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos.
- b) O juiz pode ordenar que a parte exiba documento ou coisa que se encontre em seu poder. Quando o documento ou a coisa estiver em poder de terceiro, o juiz ordenará sua citação para responder no prazo de 15 (quinze) dias.
- c) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, nenhuma outra prova, por mais especial que seja, pode suprir-lhe a falta.
- d) A utilização de documentos eletrônicos no processo convencional dependerá de sua conversão à forma impressa e da verificação de sua autenticidade, na forma da lei.
- e) Salvo disposição especial em contrário, as testemunhas devem ser ouvidas na sede do juízo.

34 – Sobre o nome da pessoa natural, julgue os itens a seguir, e ao final responda.

I – O STJ já decidiu que é admissível a alteração no registro de nascimento do filho para a averbação do nome de sua mãe que, após a separação judicial, voltou a usar o nome de solteira, havendo justo motivo e não havendo prejuízo a terceiros.

II – De acordo com a jurisprudência do STJ, o nosso ordenamento jurídico concede amparo legal ao uso de nome social por transexuais.

III – Consoante disposição expressa do Código Civil, toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendido o prenome, o sobrenome e o

agnome.

Tendo em conta as assertivas acima:

- a) I, II e III são corretas.
- b) I e II são corretas.
- c) Apenas a I está errada.
- d) II e III estão erradas.
- e) Apenas a II está errada.

35 – De acordo com o Código Civil, no tratamento do tema domicílio, é INCORRETO afirmar que:

- a) Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar.
- b) Nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.
- c) Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.
- d) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.
- e) O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, deverá ser demandado no Distrito Federal.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA
20º PROCESSO SELETIVO

QUESTÃO DISCURSIVA

O estado federado de Nuvens declarou independência da República Federativa do Céu. Após escaramuças militares entre as forças armadas respectivas, houve tratado de paz, no qual o Céu reconheceu a independência das Nuvens.

O presidente das Nuvens, imediatamente, promulgou a Lei n. 01/2018:

“Art. 1º. Constitui crime toda conduta que ofender o senso de justiça do povo.

Art. 2º. Constitui pena toda punição a um crime, a ser determinada pelo povo.

Art. 3º. Esta Lei alcança as condutas a ela anteriores.

Art. 4º. Revogam-se as disposições anteriores.”

Com base nas informações acima, disserte, em, **no mínimo, 30 (trinta)** e, **no máximo, 60 (sessenta)** linhas, abordando, **necessariamente**, os seguintes tópicos:

- a) direito penal e direitos humanos;
- b) conceito aberto de crime e de pena e segurança jurídica;
- c) humanidade/crueldade das penas;
- d) retroatividade da lei penal.

Boa Sorte!